

# Prefácio

**Erik Chiconelli Gomes<sup>1</sup>**

A edição número 49 da Revista Científica da Escola Superior da Advocacia de São Paulo apresenta análise sistemática dos principais julgamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal durante o ano de 2025. Os trinta e dois artigos aqui compilados oferecem panorama abrangente da atividade jurisdicional constitucional, abordando temas que vão desde questões procedimentais específicas até grandes controvérsias de direito material com repercussão social significativa.

O conjunto de decisões comentadas revela a diversidade temática que caracteriza a jurisdição constitucional contemporânea. Questões tradicionais de direito administrativo e tributário convivem com desafios emergentes do direito digital, enquanto temas de direitos fundamentais ganham novos contornos interpretativos. Esta amplitude reflete a posição central que o controle de constitucionalidade ocupa no sistema jurídico brasileiro.

Merece destaque a frequência com que a Corte enfrentou conflitos entre diferentes esferas de competência federativa. As decisões sobre regulamentação profissional, custas judiciais e programas de regularização tributária no âmbito estadual e municipal evidenciam a persistente necessidade de delimitação das fronteiras constitucionais do federalismo brasileiro. A jurisprudência firmada em 2025 reforça a tendência de interpretação restritiva das competências subnacionais em matérias de repercussão nacional.

No campo dos direitos fundamentais, observa-se evolução interpretativa significativa. A extensão da Lei Maria da Penha às relações homoafetivas e a regulamentação dos procedimentos de heteroidentificação racial demonstram como princípios constitucionais abstratos adquirem concretude através da aplicação jurisprudencial. Estas decisões ilustram o fenômeno da constitucionalização do direito ordinário e sua capacidade de produzir efeitos sociais concretos.

A dimensão tecnológica do direito constitucional ganha relevo especial na análise da responsabilidade de plataformas digitais e do acesso a dados em aparelhos celulares. Estas decisões enfrentam o desafio de aplicar categorias jurídicas tradicionais a realidades tecnológicas em constante transformação, exigindo ponderação cuidadosa entre valores constitucionais concorrentes.

As questões de direito financeiro e orçamentário ocuparam posição proeminente na pauta da Corte, especialmente nas decisões sobre precatórios e teto de gastos públicos. A modulação de efeitos utilizada em vários destes julgamentos demonstra a preocupação do STF em conciliar correção constitucional com estabilidade das relações jurídico-financeiras consolidadas.

---

<sup>1</sup> Coordenador Acadêmico da Escola Superior da Advocacia de São Paulo. Pós-Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Doutor e Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Economia do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Direito do Trabalho pela USP. Bacharel e Licenciado em História (USP). Licenciado em Geografia (UnB). Bacharel em Ciências Sociais (USP) e em Direito (USP).

O tratamento dispensado às questões trabalhistas revela tensão permanente entre proteção social e eficiência administrativa. A definição dos critérios para responsabilização subsidiária da Administração Pública e a discussão sobre equiparação remuneratória no serviço público evidenciam como questões aparentemente técnicas carregam implicações distributivas significativas.

Particularmente relevante é a abordagem conferida aos conflitos entre autonomia institucional e controle democrático. As decisões sobre competência dos Tribunais de Contas e autonomia orçamentária do Poder Judiciário ilustram a complexidade do arranjo institucional brasileiro e a necessidade de equilibrar independência funcional com accountability democrático.

Os comentários apresentados pelos diversos autores demonstram rigor técnico e capacidade analítica, situando cada decisão em seu contexto jurisprudencial mais amplo e identificando suas repercussões práticas. A diversidade de perspectivas enriquece o debate e oferece ao leitor múltiplas chaves interpretativas para compreensão dos julgados.

Esta coletânea cumpre função técnica importante ao sistematizar e analisar criticamente a produção jurisprudencial constitucional recente. Contudo, sua contribuição transcende a mera documentação, oferecendo instrumental analítico para compreensão das transformações em curso no direito brasileiro.

A leitura atenta destes artigos permite identificar não apenas as soluções jurídicas adotadas pelo STF, mas também os pressupostos metodológicos e valorativos que orientaram essas escolhas. Cada decisão comentada representa um momento específico de um processo interpretativo mais amplo, no qual diferentes concepções sobre o papel do direito na sociedade se confrontam e se articulam. A análise crítica dessas decisões revela como questões técnicas frequentemente veiculam escolhas políticas fundamentais sobre distribuição de poder e recursos na sociedade brasileira, exigindo do operador jurídico consciência das implicações sociais concretas de cada interpretação constitucional adotada.